



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Chapada / RS
Endereço: Rua Padre Anchieta
Bairro: Centro
Telefone: (054) 3333-1166
Fax: (054) 3333-1166
CNPJ: 87.613.220/0001-79
Complemento:
CEP: 99530-000
E-mail: prefeitura@chapada.rs.gov.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: Carlos Alzenir Catto
Cargo: Prefeito
E-mail: carloscatto@yahoo.com.br
CPF: 354.948.240-04
Complemento do Cargo: Prefeito
Data Início de Gestão: 01/01/2013

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores
Endereço: Rua Padre Anchieta 90
Bairro: Centro
Telefone: (054) 3333-1166
Fax: (054) 3333-1166
CNPJ: 11.666.479/0001-16
Complemento:
CEP: 99530-000
E-mail: rpschapada@gmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: Luciane Vot
Cargo: Presidente
Telefone: (054) 3333-1166
Fax: (054) 3333-1166
Complemento do Cargo: Presidente
CPF: 885.700.290-04
E-mail: voglu@yahoo.com.br
Data Início de Gestão: 31/12/2009

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: Júlia Dezingrini
Cargo: Gestor
Telefone: (054) 3333-1366
Fax: (054) 3333-1366
Entidade Certificadora: ANBIMA
Complemento do Cargo:
CPF: 539.664.730-20
E-mail: juliadezingrini@yahoo.com.br
Data Início de Gestão: 31/12/2009
Validade Certificação: 14/12/2015

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: Júlia Dezingrini
Telefone: (054) 3333-1366
Data de envio: 26/12/2013
CPF: 539.664.730-20
E-mail: juliadezingrini@yahoo.com.br
Fax: (054) 3333-1366

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2014

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Júlia Dezingrini

CPF: 539.664.730-20

Data da Elaboração: 09/12/2013

Data da ata de aprovação: 18/12/2013

Órgão superior competente: Conselho Municipal da Previdência Social do Servidor Público (CMPSSP)

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação:

 (X) Meio Eletrônico (X) Impresso**RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	60,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	10,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	0,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	5,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	10,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	10,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		240,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

O cenário atual apresenta um contexto de ajustamento para alguns agregados macroeconômicos, cuja dinâmica pode representar uma transição das circunstâncias de mercado, pelo menos até que se verifique uma tendência bem definida. Variáveis econômicas ligadas à inflação, Câmbio, atividade econômica e até mesmo os juros passam por revisões em suas projeções, interferindo na consolidação das tendências de mercado. As circunstâncias atuais denotam uma predisposição para elevação dos juros básicos da economia, Selic, ao mesmo tempo em que a inflação não apresenta uma convergência para o centro da meta, com descompasso perante o sistema de metas de inflação. A preocupação com o nível da atividade econômica talvez seja o motivo para tal situação, porém isso atribui um risco relacionado ao custo econômico e social da instabilidade de preços, já vivido no passado pela sociedade brasileira. Além disso, dificulta a gestão planejada de ativos com foco em capitalização e preservação de capital.

Conforme os dados das contas nacionais publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o nível de investimento pode ser considerado o principal problema para o crescimento da economia. Todavia a vontade de acelerar a atividade econômica mantendo juros baixos já não parece mais uma possibilidade, pelo menos até o presente momento. Acrescentando volatilidade ao mercado, fundamentalmente por não se observar expectativas para convergência da inflação, ainda mais com suporte de um real depreciado. A deterioração das expectativas representa maior risco de mercado para os investidores, como o FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES de modo que a falta de foco das autoridades monetárias e o descasamento entre política econômica e situação real do mercado criam um contexto de muitas incertezas.

Os riscos podem ser associados a diferentes cenários. Na hipótese de a equipe de política econômica do governo ter suas convicções efetivadas, certamente, o patamar de juros da economia não permitirá o alcance da meta atuarial de forma tranquila por parte dos investidores institucionais, porém possibilitará uma tendência a investimentos alternativos, renda variável e outros segmentos, contanto que haja uma confiança na recuperação da atividade econômica, conforme perspectivas. Sem expectativas de crescimento econômico, existirá de forma plausível a manutenção para uma tendência de ganhos ainda satisfatórios na renda fixa, capazes de atingir a meta atuarial referencial de hoje. Entretanto, a partir das expectativas dos agentes econômicos, este cenário é o mais provável, de modo que já há uma propensão para a redução das metas atuariais associadas aos investidores institucionais.

Por outro lado, se a persistência do governo desencadear uma instabilidade econômica, elevação de preços, com baixa ou moderada recuperação da economia, os riscos inerentes às carteiras de ativos correlacionados a juros e inflação sofrerão com rendimentos insatisfatórios. No caso de recuperação moderada da economia, o risco é mais acentuado. Se a reabilitação econômica não se confirmar, a situação fica mais incerta, pois insistir uma pressão inflacionária com baixo crescimento. Com efeito, a partir destes cenários engendrados, as chances para o alcance da meta atuarial no próximo exercício através da renda fixa é temerária, considerando o patamar atual de juros, principalmente se existir uma dinâmica de mercado aderente ao sistema de meta de inflação, realidade vigente da política monetária brasileira. Por conseguinte é preciso analisar e acompanhar investimentos alternativos, além de manter um processo de gestão dos recursos qualificado e diligente diante das circunstâncias econômicas.

A expectativa para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) ficou em 2,30% para este ano. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que é uma prévia do PIB, subiu 0,77% em outubro ante o mes anterior, na série com ajuste sazonal. Para 2014, o crescimento esperado é de 2,11%.

De acordo com os analistas consultados, a inflação do governo, IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), deverá ficar em 5,70% este ano. Já para o ano seguinte, a expectativa é de 5,95%, ante 5,92%.

A mediana das projeções para o câmbio ficou em R\$2,33 para o corrente e de R\$ 2,43 para o próximo. Nos próximos dias, 17 e 18, será a reunião do FOMC (reunião do comitê de política monetária norte-americana, sigla em inglês) e nesta reunião é aguardado pelo mercado o anúncio da redução do programa de incentivo monetário ou ao menos, sinais claros de quando pretende iniciar esta ação. Uma eventual decisão do FOMC dando início ao "tapering", repercutirá em todo o mercado financeiro global, evidentemente com impactos diferentes em cada mercado devido o grau de vulnerabilidade de cada um deles, mas certo é que os países emergentes deverão ter reflexos relevantes nos fluxos de capitais estrangeiros, que tendem a saída devido a redução da liquidez no mercado internacional e em parte direcionada para o mercado americano, onde os juros deverão se tornar atrativos e altamente competitivos frente as condições proporcionadas pelos emergentes.

Na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) em 2013, realizada no dia 28 de novembro foi elevado em 50 pontos-base a Selic, ficando em 10% ao ano.

Objetivos da gestão

O FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES precisa buscar, através da aplicação dos seus recursos, uma rentabilidade igual ou superior à sua meta atuarial. Com base no horizonte de longo prazo, considerando as informações do último RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL, e a situação financeira e atuarial observada atualmente, a META ATUARIAL, definida e aprovada juntamente com a Política de Investimentos, será representada pelo benchmark IPCA ACRESCIDO DE 6% a.a (IPCA + 6% a.a). O IPCA é o índice de preços relacionados às metas para a inflação. Instituem-se também os objetivos de assegurar que os gestores, servidores, participantes, beneficiários, prestadores de serviços e órgãos reguladores do FAPS tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas aos investimentos, e garantir transparência e ética no processo de investimento, o qual deve ser feito seguindo diretrizes, normas e critérios.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

Renda Fixa: Fundos de Investimentos com rentabilidade mínima esperada de 100% da TMA. Títulos Públicos Federais: registrados na SELIC, com rentabilidade mínima esperada superior à TMA (MaM), utilizando custódia a ser contratada e observando o casamento do vencimento com o passivo atuarial. Renda Variável: Fundos de Investimentos com rentabilidade mínima esperada superior à TMA.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Na Política de Investimentos para 2014, não há previsão para contratação de serviço de administração de carteira de renda fixa ou variável.

A contratação dos serviços e consultoria de investimentos deverá levar em consideração critérios pré-definidos em edital. Sublinham-se aspectos como experiência, especialização e idoneidade da empresa, bem como o custo e a qualidade de serviços. Ainda, de acordo com o ART. 18 DA RESOLUÇÃO CMN 3.922, de 25 de novembro de 2010. A EMPRESA QUE REALIZA ATIVIDADES DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS DEVE ESTAR HABILITADA NA CVM COMO PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSULTORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS. É de fundamental importância que a empresa habilitada na CVM como Consultoria de Valores Mobiliários não seja ao mesmo tempo cadastrada na própria entidade como Prestadora de Serviços Administração de Carteiras e nem como Agente Autônomo - Pessoa Jurídica.

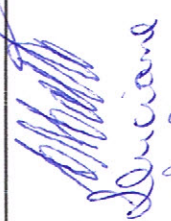
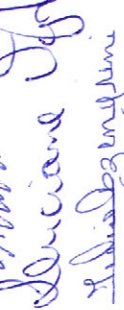
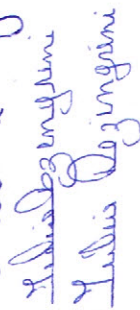

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados**s gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos**

As aplicações serão avaliadas através da elaboração de relatórios mensais, mas acompanhadas diariamente. Mensalmente, elaborar-se-á um relatório de avaliação de desempenho e risco, e medidas cabíveis serão adotadas no caso de constatação de desempenho insatisfatório, resguardando os objetivos e estratégia de gestão e observando a exposição a riscos acentuados conforme os cenários econômicos projetados. Os relatórios de desempenho e risco compreenderão a comparação com os principais índices de mercado, sendo eles: para a renda fixa, os Índices IMA e, para a renda variável, o Ibovespa, IBRX e o IBRX-50. A volatilidade da carteira será controlada periodicamente. Para o monitoramento do RISCO DE MERCADO, utilizar-se-á o cálculo do Value at Risk (VAR), que sintetiza a maior perda esperada da carteira em condições normais de mercado. Adicionalmente, os relatórios mensais de desempenho e risco deverão incorporar, por decisão da unidade gestora, modelos alternativos para a simulação de perda financeira mediante variação brusca de preços dos ativos que compõem a sua carteira em um cenário econômico-financeiro adverso. O RISCO DE CRÉDITO será controlado pela diversificação da carteira, pela observação dos limites de crédito para as emissões privadas, pela classificação de risco das emissões ou dos emissores realizadas por agências classificadoras de risco e pelo monitoramento da exposição a este tipo de risco, através do cumprimento diário desta Política de Investimentos. O RISCO DE LIQUIDEZ não é preponderante no curto prazo, porém avaliar-se-á a concentração dos investimentos e a liquidez dos ativos de acordo com as obrigações futuras.

Observações

Utilizamos o parâmetro limite 240% nas alocações conforme estratégia elaborada para superar a META ATUARIAL e que esta de acordo e devidamente aprovada conforme a Política de Investimento do RPPS.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	354.948.240-04 - Carlos Alzenir Caito	Data: 30/12/2013	Assinatura: 
Representante Legal da Unidade Gestora:	885.700.290-04 - Luciane Vot	Data: 30/12/2013	Assinatura: 
Gestor de Recurso RPPS:	539.664.730-20 - Júlia Dezingrini	Data: 30/12/2013	Assinatura: 
Responsável:	539.664.730-20 - Júlia Dezingrini	Data: 30/12/2013	Assinatura: 



CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social

Documentos Consultas Públicas Acesso SPPS Sair



Usuário: CARLOS ALZENIR CATTO

Enviar Documento Assinado/Digitalizado

O arquivo assinado/digitalizado foi enviado com sucesso.

Enviar Outro

Cancelar